

Entrevista de Marieta de Moraes

Concedida a Felipe
Reis Pompeu de
Moraes¹



Marieta de Moraes possui doutorado em História pela UFF (1991), pós-doutorado pela École des Hautes en Sciences Sociales (1997) e pós-doutorado pela USP (2011). Coordenadora Nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (2013-2017); Professora Emérita do Instituto de História da UFRJ; Coordenadora do Programa de História Oral do CPDOC (1992-1995); Editora da Revista Brasileira de História (2009-2013); Presidente da Associação brasileira de História Oral (1992-1994); Presidente da International Oral History Association (IOHA) e diretora do CPDOC (1999-2005); Pesquisadora e professora titular do CPDOC/FGV (1978/2012) e editora da Revista Estudos Históricos (1992/1998). Atualmente é coordenadora do programa FGV Ensino Médio; Diretora executiva da Editora FGV; Coordenadora do Projeto binacional e interdisciplinar "Capital cities: from nation to globalization" (2015/2016) que contou com a participação de pesquisadores brasileiros e franceses (operação bilateral FAPERJ/Sorbonne). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nas seguintes áreas: historiografia, história oral, história política, história do Rio de Janeiro.

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas.
E- mail: felipeoraes@hotmail.com.

Primeiramente, gostaria de agradecer a sua disponibilidade de conversar comigo para essa entrevista. A ideia principal desta entrevista é que a senhora fale um pouco sobre os motivos que a levaram a fazer graduação em História, suas memórias enquanto estudante universitária e algumas reflexões sobre a história do Rio de Janeiro e suas lideranças políticas. Este último tópico tangencia (e muito) seu objeto de pesquisa do doutorado, cuja tese virou livro: *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na primeira República (1889-1930)*.

Minha primeira pergunta, um padrão de todas as entrevistas, se restringe aos motivos que te levaram a fazer o curso de História e por que na Universidade Federal Fluminense e não na UFRJ.

Eu acho que sempre tive um interesse, como a minha família chamava, pelas histórias do tempo antigo. Então, sempre existiu na minha família uma memória desses tempos antigos. Das fazendas dos nossos avós, dos nossos bisavós.

Minha mãe, quando eu era criança, contava muitas histórias da infância dela na fazenda. Minha vó também falava. Então, havia uma cultura familiar de memórias, de acessar esse passado e essas memórias. Isso era uma coisa que estava na minha cabeça, que me despertava uma certa curiosidade, mas funcionava mais no terreno emocional, no terreno das emoções. Nunca isso esteve cogitado de ser atividade profissional. Eu morei em Friburgo muitos anos, embora tenha nascido no Rio de Janeiro. Fui para Friburgo pequena e morei lá até os 19 anos.

Mais tarde, eu vim para o Rio, porque eu queria fazer faculdade. Estudava em um colégio de freiras em Friburgo e fiz normal, mas eu não queria ser professora primária. Vim para o Rio e entrei no curso pré-vestibular com a intenção de fazer psicologia. Minha intenção era fazer o vestibular para psicologia. Só que, no curso pré-vestibular, eu fui aluna de um professor chamado Ilmar Mattos, como mencionei em outras entrevistas, que me seduziu completamente pela maneira como ele dava aula, mesmo sendo professor de pré-vestibular, onde a gente não tinha muito a possibilidade de aprofundamento. Ele era um excelente professor, com uma excelente didática e, principalmente, mostrava para os alunos o que que era estudar História. Muito diferente daquela visão que eu tinha do colégio de uma história factual e do uso

de livros tradicionais. Então, esse contato com essa nova maneira de ver a História fez com que eu mudasse a minha opção no vestibular. Eu até antecipei o vestibular para julho de 1969. Optei assim por fazer História.

A ideia de fazer na UFF teve vários motivos. O primeiro deles era testar para ver como eu estava. Vou fazer e ver como estou. Acabei sendo aprovada. Minha intenção não era ir para Niterói. Eu morava no Cosme Velho e minha intenção não era ir e voltar para Niterói todo o dia. A outra opção que eu pensei era a UFRJ, mas já no pré-vestibular a instituição tinha muitas imagens negativas por conta da repressão, por conta dos muitos professores cassados. Havia também controle policial muito grande nas salas de aula. Então, acabei não me interessando em ir para a UFRJ. Acabei me inscrevendo em agosto de 69 na UFF. Continuei e me formei lá na Graduação. Acho que foi um curso bastante interessante, onde havia bastante liberdade acadêmica, não que não houvesse repressão política em geral, mas em relação à liberdade acadêmica, das leituras que a gente fazia, os autores que nós líamos, as aulas que os nossos professores davam. Eram jovens, não eram grandes nomes como na UFRJ. Logo que me formei, entrei no Mestrado, também na UFF, e depois fiz Doutorado na UFF.

O ano de 1969 na UFF foi um ano bem emblemático em vários sentidos. Eu estudei na Graduação nos anos de chumbo mesmo. Logo depois do AI-5. De agosto de 1969 até 1973. Período de repressão muito dura em geral no país. Na UFF, a gente evidentemente sabia de colegas que haviam sido presos, sabíamos de uma série de restrições, mas não me lembro de estar preocupada com alguém que podia dedurar ou agentes da repressão ou coisas do tipo na sala de aula. E, principalmente, os professores tinham a total liberdade para dar aula e para oferecer bibliografia, basicamente, Marxista.

O que se estudava durante a graduação e quem foram seus principais professores?

Estudar História naquele momento era estudar a história dos modos de produção e os autores mais expressivos na época que analisavam esses processos. Então, era Maurice Dobb, era o Paul Sweezey, o Baran. Esses eram os grandes nomes da bibliografia que a gente trabalhava. Muitos desses autores se repetiam em

várias disciplinas. Almir Chaiban EL Kareh, que me dava aula de Introdução à Economia Política, foi um descortinar de conhecimento, de aprender a ler leituras difíceis. Depois, tinha a professora Vânia Fróes, que dava aula de História da Grécia e Medieval. Depois, tinha uma outra professora que dava aula de ciência política, Francisco Falcon e o próprio professor Ilmar Matos de história do Brasil. Estudávamos Aristóteles, Hobbes, Rousseau. Eram professores de muita qualidade.

Acho que foi uma experiência bastante interessante em aprender a ler, a interpretar. Coisas que eu não tive experiência no colégio em que estudei. Agora se você for perguntar: “Ah, você sabia o que era história factual da Europa?”. Não. Se me perguntassem o que foi a unificação alemã, a unificação italiana, não tinha nenhuma ideia. Não tinha a menor ideia sobre Primeira Guerra. História factual não fazia parte do elenco de conteúdos que a gente estudava na graduação e praticamente não tinha pesquisa.

Sua tese de doutorado sobre as elites Políticas Fluminenses da Primeira República teria como um dos enfoques a tendência dos fluminenses pelos debates nacionais e não pelos interesses regionais. A professora fala, inclusive, de uma aversão ao processo de “provincialização” da cidade do Rio de Janeiro. Gostaria de saber se essa tentativa de nacionalização da política fluminense ainda se mostra presente, uma certa mania da classe política em questão. Gostaria de saber também quais os prejuízos aos interesses do Rio de Janeiro provocados por essa “omissão” dos interesses regionais.

Olha, o Rio, pensando Rio de Janeiro, inicialmente, no final do século XVIII e XIX, o que a gente tinha era a capitania do Rio de Janeiro. Depois, com o processo de Independência, passamos a ter a província do Rio de Janeiro. Em seguida, criou-se um município neutro da corte que provoca um desmembramento da cidade do interior. Mas a província Fluminense, mesmo tendo ficado separada da cidade do Rio de Janeiro, ainda tinha um peso no Império muito grande. Seja pela sua posição na produção cafeeira, seja pela produção de grandes nomes oferecidos para a política nacional, a famosa Trindade Squarema.

Durante todo o Império, a província do Rio de Janeiro teve um peso na política nacional e na economia nacional. Era a província mais rica do Império, a província

com maior produção cafeeira, como também tinha grandes figuras políticas que atuavam no cenário nacional, nos ministérios, na chefia dos gabinetes e tudo isso. Já no final do Império, a gente começa a ver um certo declínio da atividade cafeeira fluminense, e com a Proclamação da República esse declínio se intensifica, com outros players ganhando maior relevância, como São Paulo e Minas Gerais. O novo Estado do Rio de Janeiro, criado a partir da Proclamação da República, vai ter um peso do ponto de vista econômico-político menor, porque a cafeicultura passa, na primeira década republicana, por muitas dificuldades, como também a própria proeminência política das grandes figuras fluminenses. Embora houvesse grandes nomes, como Silva Jardim, Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha, enfim, Alberto Torres, grandes figuras. Mas o Rio de Janeiro não voltou mais para aquele período de apogeu. Por isso, meu livro, originário da minha tese se chama Em busca da idade do Ouro. Durante toda a Primeira República, as elites fluminenses vão tentar buscar um retorno a esse passado, a essa idade do Ouro. Não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista da proeminência política.

Havia de fato, durante a Primeira República, que é o período que eu focalizo na minha tese de doutorado, um certo embate político entre grupos fluminenses. Entre os que defendiam que era melhor uma interiorização, que o estado tinha que se preocupar em defender seus interesses, e aqueles que defendiam que o estado do Rio de Janeiro deveria garantir e buscar seu papel, maior, na Federação, nesse contexto da nacionalização.

Isso perpassa vários outros momentos até que chega na própria fusão. Na fusão, você tem de novo uma grande discussão sobre isso. Quando a transferência da capital vai para Brasília em 1960, volta a discussão: O que se vai fazer? Vai reincorporar a cidade do Rio de Janeiro como capital do estado do Rio de Janeiro? Vai se criar um novo estado? Então, há toda uma discussão sobre o destino do Rio de Janeiro. Vários artigos de jornais tinham esse título: “O que será do Rio?”. E, finalmente, a solução adotada foi a criação do estado da Guanabara, mas o estado da Guanabara acabou tendo vida curta. Quinze anos. E, novamente, a partir de 1973, 1974, essa questão da fusão volta à tona de novo. Nesses debates, a gente percebe grupos que eram contrários à fusão. Exatamente porque diziam que juntar a cidade do Rio de Janeiro, que era uma cidade cosmopolita, que era uma cidade que expressava os ideais nacionais, que era o espelho da nação, a Vitrine do Brasil, era

absurdo. Ia se juntar com o interior fluminense, uma região atrasada, que ainda por cima não tinha um grande desempenho econômico. Mas na verdade, em 75, setores da própria elite carioca apoiaram a fusão. Criou-se um senso comum, uma ideia de que a fusão foi só uma imposição militar por conta do Regime autoritário. Havia sim um desejo do governo Geisel de criar, na perspectiva dos militares, um estado forte, que reunisse o antigo estado do Rio e a cidade do Rio de Janeiro nesse novo estado. Transformando aí a cidade do Rio de Janeiro não mais em um estado autônomo, mas na capital do novo estado Rio de Janeiro. Mas havia setores da elite carioca que também defendiam essa posição. A Associação Comercial, na época a FIEGA que depois virou FIRJAN. Eram grupos de empresários que viam que a permanência do estado da Guanabara apresentava uma série de dificuldades de crescimento econômico. Se falava muito, na época, do esvaziamento econômico da Guanabara. Mas havia aqueles que eram contrários a fusão e defendiam a manutenção do estado da Guanabara e a vocação nacional da cidade.

É por isso que volta e meia surgem umas vozes que reivindicam a “desfusão”. “Vamos fazer a desfusão!”. Porque a cidade do Rio de Janeiro é cosmopolita, que representa a nação, que é o espelho da nacionalidade. E que a fusão com o estado Rio de Janeiro teria empobrecido politicamente, intelectualmente, economicamente a cidade do Rio de Janeiro. Eu não defendo essa tese. Estudando empiricamente esses contextos, você vê que isso é muito mais uma ideia ilusória do que efetivamente uma possibilidade. Durante um bom tempo muitos setores dessa elite carioca viveram voltados para as questões nacionais e não de defender os interesses do estado. Mas eu acho que, pelo menos nos últimos anos, essa questão se dissolveu bastante. Principalmente, nos últimos anos, quando o petróleo fluminense passou a ser um ativo econômico muito importante. Se de um lado, você tem áreas do estado do Rio muito empobrecidas, com uma agricultura decadente, uma agricultura improdutiva, mas você tem o petróleo do pré-sal, das grandes regiões de Campos, de Macaé. Todo processo de exploração que gera muitas receitas. Agora você tem uma discussão muito grande nos últimos tempos. Como é que vão ser repartidos esses royalties do petróleo? Quais os prejuízos que o estado do Rio vai enfrentar? Agora eu acho também que essa ideia, no caso do estado do Rio focado com a questão nacional sob o ponto de vista político, isso se perdeu muito.

Pode ser que culturalmente ainda existam vozes que reivindicam esse papel do Rio Nacional, do Rio cabeça da Nação. Mas hoje as próprias elites cariocas e fluminenses vivem um processo muito grave de declínio, de esvaziamento. A própria crise de valores dos nossos últimos prefeitos e governadores. Sérgio Cabral, Pezão e agora Witzel. Todos acusados de envolvimento em processo de corrupção. De fato, o Rio em vez de ser um modelo que representaria o Brasil, no momento, a gente vive uma crise grande desses valores. Apesar de tudo, eu que sou carioca, acho que o Rio, para o bem e para o mal, é uma espécie de laboratório da política brasileira. Quer dizer, coisas boas começam acontecendo aqui e depois vão para outros lugares. E coisas ruins também começam a acontecer aqui e vão se espalhando para outros lugares. Mas o Rio ainda tem uma capacidade de reinvenção muito grande. É o carnaval, é o réveillon....

O Rio começou fazendo o réveillon na praia com fogos. Depois que o Rio conquistou um sucesso com esses eventos, hoje até São Paulo, que não é uma cidade turística, passou a fazer um grande investimento nisso. Carnaval de Rua. Agora em todos os estados se faz isso. Acho que o Rio ainda tem, apesar dos percalços que a gente está vivendo nas últimas duas décadas, um potencial de criatividade muito grande que poderá ser uma chance de virar a página triste que a gente está vivendo.

Ainda na década de 1990, a senhora já falava em uma fragmentação das elites políticas fluminenses e sobre as dificuldades de acordos políticos internos e de se criar uma defesa (efetiva) dos interesses do Rio, no contexto de federalismo. Há mais de trinta anos, a professora já falava sobre esse contexto e sobre uma sensação de perda em relação à posição anterior. Descrevia também as “dificuldades de uma organização partidária no estado” efetiva e todas as suas consequências práticas. Esse cenário de fragmentação e desarticulação, desde a primeira República, teve alguns períodos excepcionais? Momentos em que se verificou uma maior capacidade de articulação?

Na Primeira República houve um momento de busca dessa consolidação política em torno da figura do Nilo Peçanha. Nilo Peçanha conseguiu arregimentar grupos de elite dos vários estados e vários municípios e várias regiões fluminenses e até pleitear exercer uma liderança em termos nacionais quando ele é candidato a

presidente da república em 1922. Então, há momentos, durante a Primeira República, que setores da elite fluminense conseguiram minimizar esse processo de fragmentação e buscar exatamente uma união e uma conciliação maior interna também. E isso permitiu que ela tivesse um destaque mais relevante no cenário nacional. Isso teve uma dose de limitações. Na década de 1920, no estado do Rio de Janeiro, foi uma década de perda dessa proeminência, desse prestígio. Principalmente com a derrota de Nilo Peçanha e depois a sua morte.

Na década de 1930, o período entre 30 até 37, foi caótica a disputa entre diferentes grupos locais, ainda com intervenções militares. Então foi um período muito difícil. Com o Estado Novo, a entrada do Amaral Peixoto, cria-se uma nova estrutura. Emerge uma nova liderança. Uma liderança de grande peso. E esse período, de 39 até praticamente 64, você tem uma maior solidez desses partidos. Quer dizer, no Estado Novo não se tem partido. É a figura de Amaral Peixoto que emerge com grande expressão, expressão de recuperação econômica, de modernização do estado. E, após o fim do Estado Novo em 1945, quando surgem os partidos políticos, novos partidos políticos (UDN, PSD, PTB), o Amaral vai montar uma estrutura no PSD muito sólida, que vai ter uma permanência e uma estabilidade durante várias eleições, mesmo depois do final dos anos 50, quando o PSD já dá sinais de perda de prestígio. Mas você vai ter também uma presença importante do PTB, com Roberto da Silveira e, depois, com Badger da Silveira, que deu uma estabilidade à política fluminense. É com o Golpe militar de 64 que há uma forma de eliminação dessas figuras. E aí, você tem um período de muitas disputas. O próprio período que antecede a fusão foi um conflito muito grande entre essas duas grandes lideranças. Do estado do Rio, com Amaral Peixoto, o do estado da Guanabara, com Chagas Freitas. E Chagas Freitas acaba levando a melhor. E meio que restringindo, minimizando muito o papel do Amaral Peixoto.

Durante o Regime Militar, houve a eliminação ou neutralização das principais lideranças do estado do Rio e da Guanabara, com as cassações. Foi algo extremamente prejudicial para a vida política do Rio de Janeiro. Não foram só aqueles que não tinham participado do movimento militar, mas figuras, por exemplo, como Carlos Lacerda, que era uma grande liderança política na Guanabara e que acabou sendo cassado. E todas aquelas figuras proeminentes da UDN e do PTB também foram cassadas. Então, houve na Guanabara um esvaziamento político das suas

lideranças, porque o estado da Guanabara foi o estado que teve o maior número de cassações e isso criou um vazio político. E também no estado do Rio, porque lá houve a cassação do Badger que era representante do PTB. E mesmo quando criados os novos partidos, a partir de 1965, com a criação da Arena e o MDB, o Amaral Peixoto cada vez mais vai perdendo terreno e vai ficando com sua liderança esvaziada. Então, eu acho que o Regime Militar trouxe do ponto de vista de erosão das lideranças políticas mais expressivas do Rio de Janeiro, um problema muito grave.

Muito obrigado pela belíssima aula de história e por compartilhar memórias e reflexões importantes para compreensão da história do Rio de Janeiro, enquanto província, estado e distrito federal.

Manuscrito recebido em 18 de janeiro de 2021.

Aprovado para publicação em 01 de abril de 2021.

Referências

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.